

---

# A CIENTIFICIDADE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: O PROBLEMA DA DEMARCAÇÃO E DA OBJETIVIDADE

---

LA CIENTIFICIDAD DE LAS CIENCIAS SOCIALES:  
EL PROBLEMA DE LA DEMARCACIÓN Y LA OBJETIVIDAD

THE SCIENTIFICITY IN THE SOCIAL SCIENCES:  
THE PROBLEM OF DEMARCATION AND OBJECTIVITY

**Mayco Lima da Silva<sup>1</sup>**

<http://lattes.cnpq.br/0595554228289882>

<https://orcid.org/0000-0002-2516-0700>

Recebido em: 30/05/2021

Aceito em: 06/03/2022

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo propor uma discussão sobre o caráter científico das pesquisas em ciências sociais, tendo como foco dois problemas centrais relacionados à cientificidade da disciplina: o problema da demarcação, ou seja, daquilo que é e aquilo que não é ciência, bem como a relação entre ciência e sociedade; e o problema da objetividade do conhecimento produzido. A metodologia utilizada pode ser descrita como uma discussão teórica de caráter ensaístico pautada em pesquisa bibliográfica. Dessa forma, buscamos contribuir com estudantes e pesquisadores da área ao chamá-los a refletir criticamente sobre problemas que, do ponto de vista da epistemologia e da metodologia, são fundamentais para o enriquecimento da prática científica e de pesquisa, mas que muitas vezes acabam sendo secundarizados nos trabalhos da área. Como conclusão, (I) ressaltamos a importância de uma reflexão sobre as relações de poder presentes no processo de construção do conhecimento científico; (II) reconhecemos a impossibilidade de um fazer científico que busca a objetividade através da impessoalidade, da não-localização, e da não corporificação do pesquisador; (III) enfatizamos a importância da constante reflexão sobre os métodos e técnicas de pesquisa empregados em nossos trabalhos, (IV) bem como a necessidade de melhoria na formação metodológica e epistemológica ofertadas em nossos cursos. Sendo assim, acreditamos que a incorporação de uma reflexão epistemológica e metodológica nas pesquisas em ciências sociais é fundamental para o reconhecimento e fortalecimento do caráter científico da disciplina, bem como para uma prática de pesquisa que seja responsável, tanto social como cientificamente.

**RESUMEN:** Este trabajo pretende proponer una discusión sobre el carácter científico de la investigación en ciencias sociales, enfocando en dos problemas centrales relacionados con la cientificidad de la disciplina: el problema de la demarcación, es decir, de lo que es y lo que no es ciencia, así como la relación entre ciencia y sociedad; y el problema de la objetividad del conocimiento producido. La metodología utilizada puede describirse como una discusión teórica de carácter ensayístico basada en la investigación bibliográfica. De esta manera, buscamos contribuir con los estudiantes e investigadores

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: [maycosilva2010@hotmail.com](mailto:maycosilva2010@hotmail.com).

del área llamándolos a reflexionar críticamente sobre problemas que, desde el punto de vista de la epistemología y la metodología, son fundamentales para el enriquecimiento de la práctica científica e investigativa, pero que muchas veces terminan siendo secundados en los trabajos del área. En conclusión, (I) destacamos la importancia de una reflexión sobre las relaciones de poder presentes en el proceso de construcción del saber científico; (II) reconocemos la imposibilidad de un trabajo científico que busque la objetividad a través de la impersonalidad, la no localización y la no personificación del investigador; (III) destacamos la importancia de una reflexión constante sobre los métodos y técnicas de investigación utilizados en nuestro trabajo, (IV) así como la necesidad de mejorar la formación metodológica y epistemológica ofrecida en nuestros cursos. Por tanto, creemos que la incorporación de la reflexión epistemológica y metodológica en la investigación en ciencias sociales es fundamental para el reconocimiento y el fortalecimiento del carácter científico de la disciplina, así como para una práctica investigadora social y científicamente responsable.

**ABSTRACT:** This paper aims to propose a discussion about the scientific character of research in social sciences, focusing on two central problems related to the scientificity of the discipline: the problem of demarcation, that is, what is and what is not science, as well as the relationship between science and society; and the problem of the objectivity of the knowledge produced. The utilized methodology can be described as a theoretical discussion of essayistic character based on bibliographical research. In this way, we seek to contribute to students and researchers in the area by inviting them to reflect critically on problems that, from the point of view of epistemology and methodology, are fundamental to the enrichment of scientific practice and research, but which are often treated as being secondary to the work in the area. In conclusion, (I) we emphasize the importance of a reflection on the power relations present in the process of constructing scientific knowledge; (II) we recognize the impossibility of scientific practices that seek objectivity through impersonality, through non-localization, and non-embodiment of the researcher; (III) we emphasize the importance of constant reflection on the methods and research techniques used in our work; (IV) as well as the need to improve the methodological and epistemological training offered in our courses. Therefore, we believe that incorporating an epistemological and methodological reflection in social sciences research is fundamental for the recognition and strengthening of the scientific character of the discipline, as well as for a research practice that is responsible, both socially and scientifically.

**Palavras-chave:** epistemologia; metodologia; ciências sociais.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho, caracterizado do ponto de vista da metodologia como uma pesquisa bibliográfica, visa apresentar, de modo geral e introdutório, a discussão sobre o caráter científico das ciências sociais e, portanto, das pesquisas em ciências sociais. Temos como foco dois problemas centrais relacionados à cientificidade da disciplina: o problema da demarcação e o problema da objetividade.

Este ensaio, pertinente ao debate epistemológico e metodológico das ciências sociais, pretende contribuir com estudantes e pesquisadores em ciências sociais ao chamá-los a refletir sobre problemas fundamentais da prática científica e de pesquisa. Problemas esses que muitas vezes acabam sendo secundarizados ou até mesmo esquecidos por pesquisadores,

resultando em uma prática científica que não reflete sobre si mesma de forma crítica e, portanto, em pesquisas que são, do ponto de vista epistemológico e metodológico, pobres em sua validade científica. Assim sendo, as contribuições dos diversos autores que apresentamos aqui são fundamentais para pensarmos as pesquisas que realizamos.

Num primeiro momento, nos voltamos à discussão referente ao problema da demarcação, ou seja, ao debate que busca estabelecer critérios para definir aquilo que é e aquilo que não é ciência. Para isso, recorreremos a contribuições de diversos autores e autoras, como Karl Popper, Thomas Kuhn, Anthony Giddens, Michel Foucault, Isabelle Stengers, Donna Haraway e Pierre Bourdieu.

Num segundo momento é abordado o problema da objetividade nas ciências sociais. Dividimos esse problema em duas questões que nos parecem centrais para tratar do assunto.

A primeira questão é a da neutralidade do pesquisador e do conhecimento produzido. A abordagem é feita a partir de quatro modelos epistemológicos presentes nas ciências sociais, sendo um modelo associado a cada um dos três autores clássicos da sociologia (Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx) e um quarto modelo, o qual poderia ser considerado um desdobramento do modelo associado a Karl Marx, que é o da perspectiva da epistemologia feminista e dos saberes localizados.

Na sequência, nos voltamos à questão da relação entre sujeito e objeto, discutindo acerca da invenção do objeto pelo pesquisador e da autonomia do objeto, bem como da variedade de métodos e técnicas disponíveis ao pesquisador na realização da pesquisa.

## **A RELAÇÃO ENTRE CIÊNCIA E O SEU MEIO: DEMARCAÇÃO E SABER-PODER**

A relação entre ciência e senso comum — ou ciência e outras ordens do saber — é o que marca e constitui o debate sobre demarcação: trata-se de dizer aquilo que é e aquilo que não é conhecimento científico, estabelecendo critérios que funcionem como fronteiras para separação entre ciência e as demais formas de conhecimento.

A sistematização elaborada por Álvaro Pires (2014) nos ajuda a compreender esta discussão. Ela consiste na divisão em três grupos dos posicionamentos frente a relação entre ciência e demais ordens do saber. O primeiro grupo é composto por aqueles que defendem uma cisão entre as duas ordens do saber — o conhecimento científico e o senso comum — e atribuem ao último uma imagem negativa. Já o segundo grupo constitui-se daqueles que defendem uma ruptura entre o conhecimento científico e o senso comum sem, no entanto, adotar uma imagem negativa do último. Por fim, compõem o terceiro grupo aqueles que propõem primeiro uma ruptura epistemológica com o senso comum e depois uma ruptura com a ruptura epistemológica, executando assim um movimento que busca não compreender a ciência como uma forma superior de conhecimento e realizar um retorno esclarecido ao senso comum. Há ainda, segundo Isabelle Stengers (2002), pesquisadores e especialistas em ciências humanas que questionam toda a separação entre ciência e sociedade.

É a partir dessa discussão que se faz necessário um primeiro esclarecimento realizado por Stengers (2002): a distinção entre ruptura e demarcação — que poderíamos pensar como distinção entre duas perspectivas. A primeira estabelece um contraste entre o “antes” e o “depois” que atribui ao “antes” uma imagem negativa. A ruptura desqualifica o “não-científico” e retira dele a possibilidade de contestar a ciência — esse torna-se “objeto de uma perda irreparável” (STENGERS, 2002, p. 37).

A demarcação, por sua vez, busca qualificar positivamente os candidatos à ciência. Segundo Pires (2014, p. 68) a demarcação “parece menos presunçosa, mais flexível e mais aberta às revisões: ela permite, de um lado, delimitar as diferenças e as transformações, e, de outro lado, rever as demarcações feitas por um motivo, ou outro”.

Karl Popper (1980) — um dos autores que têm como centro de sua produção a discussão sobre demarcação — procurou estabelecer um critério que separasse a ciência da pseudociência, isto é, aquela que se colocava enquanto científica mesmo que não fosse. O problema, para Popper (1980, p. 2), era que algumas teorias “pareciam poder explicar tudo em seus respectivos campos”, sendo impossível “descrever um tipo de comportamento que não servisse para verificá-las” (Idem, p. 4); portanto, bastava-se ter acesso a teoria para que se pudesse ver confirmações desta por toda parte.

O autor propõe que, para obter caráter científico, as teorias deveriam passar por testes que permitissem colocá-las à prova. Nesse sentido, a teoria deveria proibir certas coisas de acontecerem, contendo em si predições arriscadas passíveis de falseabilidade. Ou seja, ela deveria prever efeitos, passíveis de serem observados, que, quando não condizentes com o previsto, a teoria seria então refutada. As formas não-científicas de conhecimento desempenham um papel importante em sua proposição, visto que “a crença de que podemos começar exclusivamente com observações, sem qualquer teoria, é um absurdo” (Idem, p. 15). Segundo o autor, as teorias não eram constituídas por um conjunto de observações, mas eram invenções, conjecturas, que se confrontavam às observações.

A ciência começa, portanto, com os mitos e a crítica dos mitos; não se origina numa coleção de observações ou na invenção de experimentos, mas sim na discussão crítica dos mitos, das técnicas e práticas mágicas. A tradição científica se distingue da tradição pré-científica por apresentar dois estratos; como esta última, ela lega suas teorias, mas lega também com elas, uma atitude crítica com relação a essas teorias. As teorias são transferidas não como dogmas mas acompanhadas por um desafio para que sejam discutidas e se possível aperfeiçoadas (POPPER, 1980, p. 19).

Sendo assim, para a construção do conhecimento científico é necessário que se parta da adoção daquilo que Popper (1980, p. 18) descreveu como “um sistema de expectativas” — ou seja: um mito, uma hipótese, conjectura, teorias, crenças, etc. —, que é aceito “mais ou menos dogmaticamente” mas que requer do pesquisador dispor-se a uma atitude crítica em relação a tal sistema de expectativas, isto é, que esteja sempre pronto a modificá-lo, corrigi-lo ou mesmo abandoná-lo. O critério de demarcação proposto por Karl Popper, no que diz respeito à origem de uma teoria, difere-se, portanto, de uma perspectiva de ruptura com o conhecimento não-científico, à medida que volta-se não para a origem de uma teoria, mas sim para o processo no qual esta pode lançar-se a pretensão de cientificidade colocando-se em risco, independentemente de sua origem, desde que contenha em si aqueles elementos passíveis de refutabilidade. O que define o status científico de uma teoria — e portanto, o que demarca a verdadeira ciência da pseudociência — é sua possibilidade de ser refutada — na “luta pela sobrevivência” — devido às predições arriscadas que propõe.

Para o sociólogo Anthony Giddens (1998) o modelo proposto por Popper possui, essencialmente, dois problemas centrais. O primeiro deles é que para chegarmos mais próximos à verdade por meio da eliminação de conjecturas, teríamos de supor que o número

de conjecturas possíveis seja finito e com isso a cada conjectura refutada estaríamos mais próximos da verdade; mas não há nenhum motivo para supormos isso. O segundo problema é que a própria ideia de refutabilidade “quando aplicada à análise das atividades científicas reais de teste e de comparação de teorias tornou-se bastante obscura” (GIDDENS, 1998, p. 205).

Para Giddens (2001, p. 110), as ciências sociais não envolvem a “crítica de crenças falsas sobre o mundo social, mantidas por atores sociais leigos”, mas consistem em “um esforço interpretativo, em que as teorias compreendem conjuntos estruturados de significados”. Elas — as ciências sociais — têm como preocupação agentes que produzem conceitos e teorizam sobre suas ações e o meio em que atuam. Nesse sentido, caracteriza-se por uma dupla hermenêutica, pois os conceitos e teorias que desenvolvem “se aplicam a um mundo constituído das atividades praticadas por indivíduos que conceituam e teorizam”.

Dessa forma, o papel do cientista social não é o de interpretar o mundo social e seus significados para seus atores; e não é, portanto, o de desmistificar — no sentido de efetuar a crítica de crenças falsas — o mundo social. No que diz respeito à relação entre conhecimento científico e senso comum, Giddens (2001, p. 111) afirma que:

Os conceitos técnicos das ciências sociais são — e devem ser — parasitários em relação aos conceitos de origem laica. [...] os conceitos técnicos da ciência social estão atrelados logicamente àqueles do mundo do senso comum. A criação de descrições verídicas da ação humana pressupõe que o observador sociológico tenha acesso aos conhecimentos mútuos por meio dos quais os atores sociais orientam suas ações.

A relação existente entre ciência e sociedade é íntima e coprodutora: assim como os conceitos técnicos das ciências sociais estão “atrelados” aos do senso comum, ao se produzir conceitos técnico-científicos sobre o mundo social estes são absorvidos pela própria sociedade, pelo próprio mundo social — ou melhor, pelos agentes que atuam e produzem este mundo —, e portanto, passam a fazer parte deste mundo, a constituí-lo.

Os conceitos introduzidos pelas ciências sociais tornam-se componentes familiares nas teorias e práticas de atores sociais leigos e não permanecem adstritos a um discurso profissional. A ciência social não assume uma posição de neutralidade em relação ao mundo social, como instrumento de transformação tecnológica. [...] As implicações da dupla hermenêutica residem no fato de que os cientistas sociais não podem deixar de permanecer alertas aos efeitos transformadores que seus conceitos e teorias possam porventura produzir sobre aquilo que se propuseram a analisar (GIDDENS, 2001, p. 113).

Já para Thomas Kuhn o conhecimento científico — e, portanto, a produção científica — é guiado por um paradigma de fundo. Este paradigma orienta o olhar do cientista, bem como os instrumentos adequados para a sua prática investigativa e, ainda, de certa maneira, o próprio mundo — ou ao menos aquilo que o cientista “vê” ao olhar o mundo. Uma mudança de paradigma altera tanto o modo de fazer ciência quanto a concepção de ciência.

Vale ressaltar que, conforme aponta Kuhn, com a mudança de paradigma não se trata apenas de uma nova forma de interpretar as observações, pois “o cientista que abraça um novo paradigma é como o homem que usa lentes inversoras. Defrontado com a mesma constelação de objetos que antes e tendo consciência disso, ele os encontra, não obstante,

totalmente transformados em muitos de seus detalhes” (KUHN, 2013, p. 214). Essa concepção de Kuhn reconhece que os cientistas interpretam os dados, mas essa interpretação se dá dentro de um paradigma que orienta o que é um dado, quais instrumentos necessários na investigação, bem como quais conceitos podem ser usados para a interpretação destes dados levantados a partir destes instrumentos. Portanto, tudo que envolve o fazer científico tem como plano de fundo um paradigma:

As operações e medições que um cientista empreende em um laboratório não são “o dado” da experiência, mas “o coletado com dificuldade”. [...] Como tais, são selecionadas para o exame mais detido da pesquisa normal tão somente porque parecem oferecer uma oportunidade para a elaboração frutífera de um paradigma aceito. As operações e medições, de maneira muito mais clara do que a experiência imediata da qual em parte derivam, são determinadas por um paradigma. A ciência não se ocupa com todas as manifestações possíveis no laboratório. Ao invés disso, seleciona aquelas que são relevantes para a justaposição de um paradigma com a experiência imediata, a qual, por sua vez, foi parcialmente determinada por esse mesmo paradigma (KUHN, 2013, p. 219).

Isabelle Stengers (2002, p. 13) aponta que Kuhn, ao desenvolver a perspectiva do paradigma, preserva “a autonomia de uma comunidade científica em relação ao seu ambiente político e social”; isto é, Kuhn preserva a ruptura entre a história da comunidade científica e a sociedade na qual essa comunidade existe, o contexto onde ela se insere.

“Antes” do acontecimento, no estágio “pré-paradigmático”, uma prática científica está, segundo Kuhn, em estado de dupla dependência: com relação aos fatos de todo tipo, que se prestam a toda sorte de interpretações discordantes; com relação a um ambiente social e cultural igualmente interessado nos fatos, propondo interpretações, questões, visões de mundo. [...] Após o acontecimento, a diferença com esses múltiplos outros é criada pela transformação do modo de produção dos fatos. É do acontecimento que as comunidades se aproveitam para se fechar em torno de si mesmas e estabelecer suas condições de reprodução (transmissão do paradigma). A relação social de força — a comunidade científica, único juiz das “boas questões” — redobra uma relação de força irreduzível ao social, pelo menos no sentido de puramente humano (STENGERS, 2002, p. 67).

O problema consiste, conforme aponta a autora, em que a sociedade não pode cobrar explicações à comunidade científica, bem como essa não precisa justificar-se. Se é o próprio paradigma que condiciona e orienta o olhar do cientista, os instrumentos utilizados para prática investigava, e, como vimos, de certa forma, o próprio mundo — se é, portanto, o próprio paradigma que orienta o modo de fazer ciência e a própria concepção de ciência — não pode a sociedade “impor questões” que ataquem a “autonomia de uma comunidade trabalhando sob paradigma” (Idem, p. 14).

O paradigma de Kuhn ao preservar a autonomia da comunidade científica exige essa de responsabilizar-se perante a sociedade e não compreende suficientemente a relação entre a história própria da comunidade científica e a história das sociedades onde esta se desenvolve, ou seja, a relação entre história interna e externa.

Ela confunde, enfim, a criação das fronteiras entre o domínio disciplinar e “exterior” com um desenvolvimento naturalmente autônomo da disciplina, que o “exterior” deveria respeitar sob

pena de entravar a inventividade dos cientistas. Certamente, sem o paradigma, os cientistas não poderiam estabelecer a diferença entre as “boas” questões, aquelas que o paradigma autoriza, e as questões que interessam seus contemporâneos. Neste sentido, o paradigma inspira ao cientista uma paixão certa por tudo aquilo que lhe permita fazer com que se reconheça esta diferença. Mas isto não significa em absoluto que uma ciência que funcione sob paradigma “é” autônoma, no sentido de que estaria separada do resto da sociedade por uma espécie de “fechamento informacional”, que deixa fluir os recursos materiais, mas determinada apenas pela paisagem dos quebra-cabeças que ela engendra pela sua própria dinâmica (STENGERS, 2002, p. 68).

Michel Foucault (1996) aprofundou o debate sobre demarcação e sobre a relação entre ciência e sociedade ao tratar sobre a relação entre saber e poder. Para este autor, a produção do discurso em uma sociedade é controlada; aquilo que o autor denomina de “vontade de verdade” possui a tendência de impor sobre os outros discursos uma pressão, um poder de coerção.

Só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade... (FOUCAULT, 1996, p. 20).

O discurso científico é marcado por esta vontade de verdade que, como já vimos, busca deslegitimar os demais discursos; a ciência é vista pelo “progresso” e não pela exclusão que promove. Nesse sentido, é necessário incorporar a noção de disciplina presente nesse autor.

Para Foucault (1996, p. 30) “uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos”; nela “o que é suposto no ponto de partida [...] é aquilo que é requerido para a construção de novos enunciados. Para que haja disciplina é preciso, pois, que haja possibilidade de formular, e de formular indefinidamente, proposições novas”.

Salienta, porém, o autor que a disciplina não é tudo aquilo que pode ser dito de verdadeiro sobre algo, pois a disciplina é composta tanto por erros como por verdades. Cada disciplina possui e reconhece no seu interior as proposições verdadeiras e as falsas; mas o que é “deixado de fora” da disciplina é aquilo que o autor chama de “teratologia do saber”.

Já em relação ao exterior de uma disciplina, Foucault (1996, p. 33) argumenta que “certamente, há a experiência imediata, os temas imaginários que carregam e reconduzem sem cessar crenças sem memória”, mas que “erros em sentido estrito” só podem “surgir e ser decididos no interior de uma prática definida”. Portanto, há exigências, requisitos, que devem ser preenchidos para que uma proposição possa pertencer à uma disciplina, e somente pertencendo a uma disciplina ela pode ser declarada verdadeira ou falsa.

É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma “polícia” discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos (FOUCAULT, 1996, p. 35).

Essa “polícia discursiva” que controla a produção do discurso é a disciplina. Foucault destaca ainda que uma outra forma de controlar os discursos — e que aqui nos interessa — é a rarefação dos sujeitos que falam. Isto é, impõem-se um certo número de regras, certas exigências, aos indivíduos que pronunciam os discursos e apenas alguns são qualificados para entrar na ordem do discurso. Há regiões do discurso que são abertas a todos e outras que possuem restrições, exigências, etc. A disciplina e a ciência pertencem ao segundo caso.

A forma mais superficial e mais visível desses sistemas de restrição é constituída pelo que se pode agrupar sob o nome de ritual; o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam [...]; define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirige, os limites de seu valor de coerção (FOUCAULT, 1996, p. 38).

O saber que se coloca como científico desqualifica e deslegitima outros saberes. Do exposto decorre aquilo que Foucault (2005) denominou de “saberes sujeitados”: os saberes “sepultados da erudição” e os saberes “desqualificados pela hierarquia dos conhecimentos e das ciências”; isto é, aqueles saberes:

desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos [...]; o "saber das pessoas" - que não é de modo algum um saber comum, [...] mas, [...] um saber particular, um saber local, regional, um saber diferencial, incapaz de unanimidade (FOUCAULT, 2005, p. 12).

A “insurreição dos saberes” é o movimento pelo qual estes saberes sujeitados se colocam “não tanto contra os conteúdos, os métodos ou os conceitos de uma ciência” (Foucault, 2005, p. 14), mas sim “contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa” (Idem, p. 14). Nesse sentido que “a arqueologia seria o método próprio da análise das discursividades locais, e a genealogia, a tática que faz intervir, a partir dessas discursividades locais assim descritas, os saberes dessujeitados que daí se desprendem” (Idem, p. 16).

Ainda tratando da relação entre ciência e sociedade, os estudos sociológicos apontados por Stengers (2002) argumentam que devemos ficar atentos quanto às “relações de força e os jogos de poder francamente sociais, as diferenças de recursos e de prestígio entre laboratórios concorrentes, as possibilidades de aliança com interesses “impuros”, ideológicos, industriais, estatais etc.” (STENGERS, 2002, p. 17), ou seja, aos elementos “exteriores” à comunidade científica. Para esta perspectiva o cientista “não é mais o produto de uma história social, técnica, econômica, política como qualquer ser humano. Ele tira partido ativo dos recursos desse ambiente para fazer prevalecer suas teses e esconde suas estratégias sob a máscara da objetividade” (Idem, p. 18).

Donna Haraway também aponta para uma perspectiva semelhante entre parte das teóricas feministas; este grupo argumenta no sentido de enfatizar a construção social de todas as formas de conhecimento. Nessas perspectivas, segundo a autora (1995, p. 8-9), “todas as fronteiras internas-externas do conhecimento são teorizadas como movimentos de poder, não

movimentos em direção à verdade”. Mas ao propor uma epistemologia feminista pautada nos saberes localizados — como veremos adiante — a autora afirma que se pode “fazer uso de algumas explicações confiáveis, aplicáveis, sobre as coisas, que não fossem redutíveis a lances de poder e a jogos de retórica de alto coturno, agonísticos, ou à arrogância cientificista, positivista” (HARAWAY, 1995, p. 17).

Stengers (2002) pontua ainda as críticas radicais da ciência. Estas, diferente das críticas sociológicas — ou relativistas — da prática científica, buscam preservar certa singularidade do fazer científico.

Que essa relação não seja neutra, que ela se reduza ao calculável e ao controlável, vá lá. Mas que possa ser considerada arbitrária, que seja o simples resultado de um “acordo” entre cientistas e não prove nada mais que uma convenção humana qualquer, isto sim é insustentável. Que as ciências estejam plenas de impurezas, de situações em que efeitos de moda, interesses sociais ou econômicos desempenham um papel, vá lá. O que suscita os protestos mais veementes é que seja negada toda distinção entre a “verdadeira ciência”, idealmente autônoma em relação a interesses não científicos, e os desvios em relação a este ideal, previsíveis e lamentáveis (STENGERS, 2002, p. 22-23).

A “proposta” defendida pela autora — e com a qual concordamos — é que para compreender a relação entre ciência e sociedade faz-se necessário o princípio da irredução: nem afirmar que a ciência não é mais que política, nem afirmar que ela transcende a política.

Entre estas perspectivas que buscam compreender as relações de força presentes na ciência, faz-se ainda necessário apresentar a contribuição do sociólogo Pierre Bourdieu, principalmente, ao tratar sobre o campo científico. Para o autor (BOURDIEU, 1983), campo pode ser entendido como uma estrutura de posições objetivas produtora de disposições onde os agentes atuam reproduzindo ou transformando as estruturas em que estão inseridos; um campo se caracteriza ainda por ser um espaço social dotado de autonomia e, portanto, de regras próprias, que é estruturado a partir dessas relações entre agentes que disputam um determinado capital.

Como qualquer campo, o campo científico se caracteriza por ser dotado de regras, formas de reconhecimento e instância de legitimação que lhes são próprias. A concepção de campo científico busca, na tentativa de superar a dicotomia das análises externalistas e internalistas da ciência, compreender a relação que os agentes estabelecem dentro do campo científico nas disputas pelo capital científico, ou seja, nas disputas pela autoridade científica (prestígio, reconhecimento, celebridade, etc.). Nesse sentido, a concepção de Bourdieu acerca do campo científico é condizente com o princípio da irredução: os interesses presentes nos conflitos pela dominação do campo científico não são nem puramente políticos, econômicos, sociais, etc., nem puramente científicos.

Uma autêntica ciência da ciência só pode constituir-se com a condição de recusar radicalmente a oposição abstrata [...] entre uma análise imanente ou interna, que caberia mais propriamente à epistemologia e que restituiria a lógica segundo a qual a ciência engendra seus próprios problemas e, uma análise externa, que relacionaria esses problemas às condições sociais de seu aparecimento; e o campo científico, enquanto lugar de luta política pela dominação científica, que designa a cada pesquisador, em função da posição que ele ocupa, seus problemas, indissociavelmente políticos e científicos, e seus métodos, estratégias científicas que, pelo fato

de se definirem expressa ou objetivamente pela referência ao sistema de posições políticas e científicas constitutivas do campo científico, são ao mesmo tempo estratégias políticas (BOURDIEU, 1983, p. 126).

O campo científico é, portanto, um espaço de relações objetivas de posições e lutas por conservar ou transformar estas posições; e neste sentido, de luta entre posições dominantes, que buscam conservar-se e posições dominadas, que buscam transformar as formas estabelecidas.

Do exposto decorre que o produto da ciência, a verdade científica, produz-se a partir dos conflitos e das relações existentes no campo. A construção da verdade científica não é, portanto, uma busca pela verdade, pela ciência; ou melhor, não é somente isso. Os agentes também buscam uma posição dentro do campo, bem como o reconhecimento dos pares — que também são seus concorrentes, tendo em vista que a atribuição de importância, ou seja, o reconhecimento, se realiza dentro do campo e não externamente.

O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (BOURDIEU, 1983, p. 123).

Nesse sentido, para Pierre Bourdieu, não existe uma “comunidade científica” — como presente em Thomas Kuhn — como grupo homogêneo que busca atingir a verdade. É por conta disso que o campo se encontra sempre em disputa; disputas que, de acordo com a posição que os agentes ocupam no campo científico, definem as formas de fazer ciência e a concepção de ciência — as quais embora hegemônicas não são totalizantes, pois as disputas permanecem, levando a transformações constantes.

Na luta em que cada um dos agentes deve engajar-se para impor o valor de seus produtos e de sua própria autoridade de produtor legítimo, está sempre em jogo o poder de impor uma definição da ciência (isto é, a de limitação do campo dos problemas, dos métodos e das teorias que podem ser considerados científicos) que mais esteja de acordo com seus interesses específicos. A definição mais apropriada será a que lhe permita ocupar legitimamente a posição dominante e a que assegure, aos talentos científicos de que ele é detentor a título pessoal ou institucional, a mais alta posição na hierarquia dos valores científicos... (BOURDIEU, 1983, p. 127).

Para Bourdieu (1983, p. 145-146) o fundamento da ciência é o da “crença coletiva em seus fundamentos, que o próprio funcionamento do campo científico produz e supõe”. Portanto, as oposições e os conflitos travados dentro do campo científico ocorrem sobre um consenso entre os agentes a respeito daquilo que está em jogo ou não no campo, ou seja, daquilo que pertence ou não ao campo, do que entra ou é excluído da discussão, “dos problemas, dos métodos e das soluções imediatamente percebidos como científicos” — o que lembra, em boa medida, a noção de disciplina em Foucault (1996).

É do grau de autonomia do campo científico em relação ao seu exterior (aos aspectos econômicos, políticos, etc.) que depende “a parte de arbitrário social englobada ao sistema

de pressupostos” do campo (Idem, p. 146). Ou seja, quanto mais autônomo for um campo em relação a determinações externas, menos estas influem sobre os pressupostos que constituem o campo.

[...] o que está em jogo na luta interna pela autoridade científica no campo das ciências sociais, isto é, o poder de produzir, impor e inculcar a representação legítima do mundo social, é o que está em jogo entre as classes no campo da política. Segue-se daí que as posições na luta interna não podem jamais atingir o grau de independência com relação às posições nas lutas externas que se observa no campo das ciências da natureza. A ideia de uma ciência neutra é uma ficção, e uma ficção interessada, que permite fazer passar por científico uma forma neutralizada e eufêmica, particularmente eficaz simbolicamente porque particularmente irreconhecível, da representação dominante do mundo social (BOURDIEU, 1983, p. 148).

Nesse sentido, a sociologia oficial é uma “falsa ciência destinada a produzir e a manter a falsa consciência” (BOURDIEU, 1983, p. 152) e por isso “deve ostentar objetividade e ‘neutralidade ética’”, ou seja, conservar “as aparências de uma ruptura categórica com a classe dominante e suas demandas ideológicas, multiplicando os sinais exteriores de cientificidade”. É buscando elementos (como métodos, técnicas, exemplos, etc.) nas ciências da natureza que a sociologia busca construir sua imagem de cientificidade; assim dizendo, é espelhando-se na imagem de cientificidade das ciências da natureza. Segundo o autor (BOURDIEU, 1989) para se fazer ciência “verdadeiramente” é necessário às vezes abrir mão dos “sinais exteriores de cientificidade” e mesmo “desafiar” o padrão científico dominante. Passaremos, portanto, ao debate acerca da objetividade das ciências sociais.

## **CIÊNCIAS SOCIAIS, UMA CIÊNCIA OBJETIVA?**

### **Neutralidade, subjetividade e parcialidade**

Uma das primeiras grandes questões envolvendo a construção do conhecimento nas Ciências Sociais diz respeito, como vimos, ao caráter científico desta; para que essa pudesse se constituir enquanto parte da ciência — diferenciando-se do senso comum ou das especulações — era necessário que pudesse proporcionar um conhecimento ‘objetivo’ da ‘realidade’ (PIRES, 2014, p. 46). Pela dificuldade em replicar os estudos, por ser difícil produzir generalizações e leis de causa e efeito, ou mesmo pela falta de uma teoria e procedimentos metodológicos unificados, a cientificidade das Ciências Sociais muitas vezes foi e é colocada em dúvida, tanto por cientistas de outras áreas como por parte da sociedade em geral (MARQUES, 2021). A questão passava a ser então de como desenvolver esse conhecimento objetivo da realidade social, isto é, a partir de que procedimentos epistemológicos e metodológicos se poderia chegar ao conhecimento objetivo da realidade social.

Uma das questões centrais que marcam grande parte das discussões epistemológicas das Ciências Sociais, realizadas ao longo de sua existência enquanto campo do conhecimento científico, é a discussão acerca da neutralidade do conhecimento. Isto é, como relacionar aqueles elementos denominados como subjetivos — éticos e políticos, marcado por valores — com a construção do conhecimento? Para a produção do conhecimento científico deve-se suspender os elementos subjetivos e deles abdicar-se? O conhecimento livre da

subjetividade, denominado muitas vezes de conhecimento neutro, está mais próximo de compreender aqueles elementos por ele estudados do que o “conhecimento engajado”? E mais, qual é o objetivo do conhecimento? Ele deve ter fim em si mesmo, isto é, ser auto-justificável, ou só é desejável e justificável quando visa atender a uma finalidade exterior a ele? Quais finalidades são essas?

Pires (2014) destaca três modelos epistemológicos nas ciências sociais a partir dos clássicos — Durkheim, Weber e Marx — que buscam a objetividade e respondem a essas questões de maneiras distintas.

O primeiro deles entende que para a construção de um conhecimento objetivo sobre a realidade social é necessário que o pesquisador assuma uma posição exterior ao próprio objeto que estuda. Essa exterioridade perpassa uma cisão com o senso comum e um olhar neutro — leia-se “livre de viés”, isento de juízos morais e valores éticos — que permita ao pesquisador compreender as relações materiais de causalidade. Temos entre os clássicos um exemplo dessa perspectiva em Émile Durkheim (2007), que se propõe a estudar os fatos sociais como coisas.

O segundo modelo marca a perspectiva weberiana. Para essa perspectiva a realidade é determinada por um número infinito de elementos. Ela é, portanto, complexa e caótica; “todo o conhecimento reflexivo da realidade infinita realizado pelo espírito humano finito baseia-se no pressuposto tácito de que apenas um fragmento limitado dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica” (WEBER, 2006, p. 44). Quanto mais geral o problema que se trata, maior o conjunto de “influências” que ele sofre. Para podermos, com um conceito ou teoria, abraçar uma maior extensão da realidade, perdemos com isso precisão, nos afastamos da realidade, o conceito se torna mais pobre. Sendo assim, podemos compreender apenas um fragmento limitado dessa realidade.

Na seleção dos elementos que merecem ser estudados, na determinação de quais são estes elementos, portanto, na construção do problema de pesquisa, a ‘subjetividade’ exerce um papel fundamental. É a partir da orientação do nosso interesse que se condiciona o caráter do fenômeno em questão. Desse modo, a ciência lida com problemas que dão significado aos eventos e os tornam interessantes para a análise. “O domínio do trabalho científico não tem por base as conexões “objetivas” entre as “coisas”, mas as conexões conceituais entre os problemas” (Idem, p. 37). Portanto, para Weber (2006, p. 43) não existem análises científicas dos fenômenos sociais que sejam puramente objetivas, isto é, “que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais, graças às quais essas manifestações possam ser, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, selecionadas, analisadas e organizadas na exposição, como objeto de pesquisa”.

Este caos só pode ser ordenado pela circunstância de que, em qualquer caso, unicamente um segmento da realidade individual possui interesse e significado para nós, posto que só ele se encontra em relação com as ideias de valor culturais com que abordamos a realidade. Portanto, só alguns aspectos dos fenômenos particulares infinitamente diversos, e precisamente aqueles a que conferimos uma significação geral para a cultura, merecem ser conhecidos, pois apenas eles são objeto da explicação causal (WEBER, 2006, p. 54).

A causalidade aqui é, então, intencional e de interpretação, pois o sujeito seleciona e interpreta os elementos dos fenômenos sociais e, portanto, sua observação se dá a partir do interior, afetando o próprio objeto com o qual se relaciona, buscando organizar, ordenar.

“Apenas as ideias de valor que dominam o investigador e uma época podem determinar o objeto do estudo e os limites desse estudo” (WEBER, 2006, p. 63). A ciência, mesmo não podendo constituir a realidade empírica nem reproduzi-la, pode ordená-la em pensamento a partir dos conceitos e juízos.

Em vista disso, Weber desenvolve a noção de tipos ideais; estes não podem ser encontrados na realidade empírica, mas “pretende[m] conferir a ela meios expressivos unívocos” (WEBER, 2006, p. 72); eles “têm antes o significado de um conceito-limite puramente ideal, em relação ao qual se mede a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns de seus elementos importantes, como o qual esta é comparada” (Idem, p. 77). Essa presença de elementos ‘subjetivos’ que orientam o olhar do pesquisador e a construção do problema não elimina a possibilidade de construção de um conhecimento científico que seja objetivo — na verdade, são justamente estes elementos denominados como subjetivos que tornam possível o desenvolvimento de uma ciência objetiva. Mas para Weber, a objetividade — como vimos — não é a reprodução da realidade empírica a partir de uma posição exterior ao objeto onde se compreende as relações materiais de causalidade — como na primeira perspectiva abordada.

Assim, a objetividade do conhecimento nas ciências sociais para Max Weber (Idem, p. 105) “depende antes do fato de o empiricamente dado estar constantemente orientado por ideias de valor”, o que “não se trata de converter isso em pedestal de uma prova empiricamente impossível de sua validade”. Por fim, nessa perspectiva a produção do conhecimento não deve visar nenhuma aplicação prática — mesmo que possa servir a isso, não deve ser produzido pensando nisso; a ciência trata do que “é” e não do que “deve ser”. Isso não exige o pesquisador de tomar posições, fazer avaliações e julgamentos, mas estes não podem se dar em nome da ciência.

Por fim, o terceiro modelo estabelece uma cisão tanto com o senso comum como com o conhecimento científico “do alto”. Ele compreende as relações de poder como relações presentes também dentro do campo científico; a ciência é também um campo de conflitos de poderes, assim como os demais espaços da sociedade. Assim sendo, a ciência não é uma prática homogênea nas suas formas e interesses, pois esta é marcada pelos conflitos existentes na sociedade. O conhecimento científico “do alto” é aquele que busca colocar-se como universal e neutro quando na verdade serve a interesses e fins particulares e parciais. Este terceiro modelo se caracteriza pela visão “de baixo”, isto é, dos que sofrem algum tipo de poder e dominação. A prática científica deve ser então engajada, voltada a aplicações práticas justificáveis. Nos clássicos, Karl Marx demarca essa perspectiva.

Pires (2014) aponta ainda que um desdobramento crítico desses três modelos se deu a partir do feminismo e das epistemologias feministas. A perspectiva de epistemologia feminista que buscaremos apresentar aqui é a de Donna Haraway. A partir do seu artigo intitulado “Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”, podemos pensar a relação entre um modelo de ciência hegemônico — produzida por um sujeito abstrato e universal — e um modelo crítico da ciência — onde podemos enquadrar, entre outras, as epistemologias feministas —; ou seja, na relação entre o “eles” e o “nós”. O “Eles” da autora seria aquele conjunto de cientistas masculinistas, enquanto o “Nós” seriam “os outros corporificados, a quem não se permite não ter um corpo, um ponto de vista finito e, portanto, um viés desqualificador e poluidor em qualquer discussão relevante, fora de nossos pequenos círculos” (HARAWAY, 1995, p. 7).

Na perspectiva feminista, a ciência não deve pretender a objetividade entendida como transcendência, como universalidade do sujeito, mas deve compreender o sujeito corporificado, localizado, para que possa produzir ciência com responsabilidade. O modelo de ciência proposto por esta perspectiva feminista se constitui a partir de uma “junção de visões parciais”, visões estas que se dão de algum lugar. A objetividade feminista é uma objetividade corporificada, ela significa saberes localizados (Idem, p. 18). É essa parcialidade que é fundamental para a objetividade pois somente ela é capaz de responsabilizar-se e ser responsabilizada; a responsabilidade aqui é elemento fundamental para a objetividade.

Nessa perspectiva, o sujeito — e mesmo a teoria — não “vê” de dentro ou de fora, mas sim “de baixo”, ou ainda “da periferia”. Haraway (1995, p. 22) salienta, porém, que essa visão de baixo “não é algo não problemático ou que se aprenda facilmente”, inclusive mesmo nos casos em que “‘naturalmente’ habitemos o grande terreno subterrâneo dos saberes subjugados”. Assim, a perspectiva dos subjugados não está isenta de “reavaliação crítica, de decodificação, desconstrução e interpretação”. Ela procura combater tanto as perspectivas “mais explicitamente totalizantes das alegações de autoridade científica” quanto as relativistas, pois ambas “negam interesse na posição, na corporificação e na perspectiva parcial [...], são, amb[a]s, “truques de deus”, prometendo [...] visão de toda parte e de nenhum lugar” (HARAWAY, 1995, p. 23). Enfim, sobre a relação sujeito-objeto afirma a autora:

Saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento "objetivo". [...] Explicações de um mundo "real", assim, não dependem da lógica da "descoberta", mas de uma relação social de "conversa" carregada de poder. O mundo nem fala por si mesmo, nem desaparece em favor de um senhor decodificador. Os códigos do mundo não jazem inertes, apenas à espera de serem lidos. O mundo não é matéria-prima para humanização... (HARAWAY, 1995, p. 36-37).

Compreender a produção do conhecimento científico como marcada por relações de poder — e por isso carregada de viés —, bem como reconhecer a impossibilidade de um fazer científico que busca a objetividade através da impessoalidade, da não-localização, e da não corporificação do pesquisador — e daqueles que constroem a pesquisa —, não é sinônimo de um relativismo absoluto, onde o pesquisador abdica de uma busca pela realidade. O conhecimento engajado por si só não relega a possibilidade de ser objetivo, e a localização e corporificação do saber é fundamental para essa objetividade. Nesse sentido, Pires (2014, p. 44) afirma que “parece evidente ser preciso repensar o lugar positivo da ética, e, mesmo, do viés, na própria produção do conhecimento científico”.

Por fim, pensando a relação entre a ética do pesquisador e a finalidade do conhecimento que se produz, Gláucio Soares (2005) buscou apresentar uma resposta ao seguinte questionamento: o conhecimento deve ser auto-justificável ou é importante que atenda a uma finalidade exterior a ele? O autor critica a ideia de que “o cientista político e social deve ser protegido e não deve ser incomodado com problemas concretos” (Idem, p. 47). Sendo o Brasil um país que sofre com vários problemas sociais (como o crime e a violência, a falência do sistema político, a fragilização dos partidos, os problemas referentes à saúde e

educação pública, o desemprego e a desigualdade econômica, etc.), Soares argumenta que nós pesquisadores em ciências sociais teríamos o dever de contribuir para a solução desses problemas. Isso porque a grande maioria de nós, cientistas sociais, dependemos de fundos públicos para a nossa subsistência e/ou realização de pesquisas. “Há um problema ético em virar as costas para a sociedade que, deixando de receber, é quem nos paga” (Idem, p. 47).

Para que as ciências sociais possam contribuir para a solução de problemas práticos de nossa sociedade é necessário que tal contribuição decorra da sua condição de ciência; ou seja, que se dê a partir de pesquisas empíricas voltadas à solução de problemas presentes em nossa sociedade. Para tornar isso possível, Soares (2005) enfatiza a necessidade de superação de dois problemas existentes na formação de pesquisadores em ciências sociais no Brasil. O primeiro problema diz respeito à pobreza da formação metodológica de nossos cientistas sociais, o que resulta em pesquisas pouco frutíferas devido a incompetência metodológica destes. O segundo problema, também decorrente de problemas na formação dos pesquisadores brasileiros, está relacionado com as teorias que são ensinadas em nossos cursos. Segundo o autor, essas teorias são ensinadas por professores que, em sua maioria, não fazem pesquisas empíricas e são teorias e conceitos desenvolvidos para pensar os países centrais do capitalismo. Portanto, o Brasil passa a ser pensado a partir de conceitos e categorias criados para uma realidade que não a nossa, e não por conceitos e categorias elaborados para descrever fenômenos próprios do Brasil. Esse processo é descrito pelo autor como colonialismo teórico<sup>2</sup> e torna difícil pensar o país a partir da sua própria lógica.

Buscando introduzir o leitor ao debate sobre metodologia — e com isso contribuir para a superação da pobreza na formação metodológica dos cientistas sociais brasileiros, destacada por Soares (2005) — passaremos agora a uma discussão a respeito dos métodos de apreensão do objeto investigado.

## **O ‘condicionamento’ do objeto e a ‘invenção’ do pesquisador**

Para além do que vimos até agora, outra questão que perpassa a discussão acerca da objetividade diz respeito ao debate sobre como ocorre a investigação científica, isto é, a partir de quais métodos se pode apreender o objeto investigado. Uma primeira observação que aqui nos cabe é referente ao fato de que nas ciências sociais existe um conjunto de métodos e técnicas de produção e de análise dos dados; sendo assim não há uma única forma de executar a investigação científica e apreender o objeto estudado. Segundo Kuhn (2013, p. 117) “a falta de uma interpretação padronizada ou de uma redução a regras que goze de unanimidade não impede que um paradigma oriente a pesquisa”; talvez, tratando-se de ciências sociais, a variedade de métodos e técnicas de pesquisa seja uma exigência intrínseca às características particulares que constituem o objeto da área. Frente a isso, Pires destaca duas visões. Na primeira delas

o pesquisador confia em uma única epistemologia, em um único tipo de dados e em um só protocolo de tratamento dos mesmos, acreditando em sua capacidade de dar conta

---

<sup>2</sup> Vale a ressalva, conforme bem colocado por Soares (2005, p. 39), que “levar em consideração a produção de cientistas políticos e sociais do Terceiro Mundo não significa desqualificar a produção feita nos países centrais”. Não deve ser o uso de autores europeus e norte-americanos que deve ser questionado, mas sim (I) a relevância e coerência desses usos e (II) a ausência de autores do “Terceiro Mundo”.

convenientemente [...] de todos os aspectos pertinentes aos objetos pertinentes em relação à sua disciplina. O que não pode ser abordado por sua epistemologia, ou por sua maneira de tratar os dados, não merece o estatuto de objeto pertinente, ou de pesquisa “verdadeiramente” científica. Aqui, todos os objetos devem ser explorados da mesma forma, pois é a epistemologia e o protocolo que são importantes para o pesquisador: sua posição exprime a única perspectiva aceitável de um ponto de vista científico. Assim, o processo de inteligibilidade que comanda necessariamente nossa maneira de reconstruir a realidade deve ser sempre o mesmo, independentemente da natureza dos objetos ou dos problemas a resolver referentes a esses objetos, ou ainda das práticas sociais às quais eles estão ligados. [...] a realidade empírica importa pouco, ou menos, que as preferências epistemológica e metodológica do pesquisador... (PIRES, 2014, p. 53).

Na segunda o pesquisador compreende que uma mesma epistemologia, uma mesma metodologia, uma mesma teoria, etc., não é suficiente para todas as práticas de pesquisa. Diferentes fenômenos e diferentes objetos exigem, para um bom tratamento, epistemologias, metodologias, teorias que sejam adequadas a estes, e não universais.

O objeto a ser estudado e a abordagem a ser utilizada estabelecem uma relação de mão dupla. Por um lado, o objeto tem algo a dizer sobre as possibilidades de abordagens mais adequadas. Nesse sentido, Pires (2014) nos apresenta uma metodologia geral, a qual a partir da complexidade do fenômeno social se recusa a adotar cegamente uma epistemologia ou metodologia única e universal, independente do próprio objeto. Segundo o autor (Idem, p. 57), trata-se de “buscar um equilíbrio instável entre os enquadramentos teóricos e metodológicos possíveis e o tipo de objeto que se propõe”; o que significa que “o interesse, a pertinência, e o ponto de vista dos diferentes enquadramentos teóricos e metodológicos variam conforme os objetos”.

Se por um lado o próprio objeto “tem algo a dizer” sobre as possibilidades teóricas, metodológicas, e epistemológicas que permitem melhor abordá-lo, por outro, este objeto é também construído, isto é, o objeto não existe em si enquanto objeto, mas se constitui a partir do “olhar” do pesquisador. Como nos demonstra Pires (2014, p. 60), “o pesquisador seleciona fatos, escolhe ou define conceitos, interpreta seus resultados, etc.; em suma, ele constrói de sua parte, seu objeto técnica e teoricamente”. Nesse sentido, segue o autor (Idem, p. 62) “nossas observações não são passivas, a ciência não inicia por uma observação dos fatos, mas sim por uma teoria (ou visão teórica) que organiza nossa observação. A teoria vem antes dos fatos, seleciona-os, interpreta-os; em suma, constrói-os”. Isso parece estar em acordo com a concepção de Kuhn (2013, p. 204), onde “o que um homem vê depende tanto daquilo que ele olha como daquilo que sua experiência visual-conceitual prévia o ensinou a ver”; ou seja, tratando-se de ciência, aquilo que o paradigma lhe possibilita perceber.

É nessa segunda perspectiva destacada por Pires que podemos enquadrar a teoria da práxis desenvolvida por Bourdieu. Ela busca “evitar que o saber sociológico possa aparecer como uma soma de técnicas ou como um capital de conceitos, separados ou separáveis de sua utilização na pesquisa” (BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2010, p. 13). Portanto, a partir dessa perspectiva, não há uma separação entre teoria e prática, as teorias se constroem na prática científica — sendo o campo que, a partir das relações nele constituídas, orienta, ao menos em certa medida, a construção do objeto e os procedimentos técnicos da pesquisa. Nesse sentido, Bourdieu (1989, p. 24) afirma que “as opções técnicas mais «empíricas» são inseparáveis das opções mais «teóricas» de construção do objecto”.

É com essa postura crítica em relação a essencialização de procedimentos como criadores de um caráter científico que Bourdieu (1989, p. 26) defende “a liberdade extrema” em relação ao uso das mais diversas técnicas e metodologias — desde que adequadas ao problema em questão e “às condições do seu emprego”. Daí resulta que a vigilância epistemológica, ou seja, uma postura de questionamento constante em relação a todas as fases da pesquisa, é essencial ao pesquisador pois, diferente do modelo de ciência proposto por Karl Popper, não há um procedimento rígido que garanta o caráter científico; sendo assim, faz-se necessário uma vigilância constante.

devemos nos abster de deixar crer que o sujeito da invenção científica é um automaton spirituale, obedecendo aos mecanismos bem ajustados de uma programação metodológica constituída uma vez por todas, e confinar dessa forma o pesquisador na submissão cega ao programa que exclui o retorno reflexivo ao mesmo (BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2010, p. 15-16).

Bourdieu (1989) observa que a prática científica se constitui a partir de um “modus operandi” que marca o fazer científico; este modus operandi somente pode ser apreendido por meio da prática ou da observação de práticas. “Para apreender os procedimentos da pesquisa é necessário examinar como ela procede, em vez de confiná-la na observância de um decálogo de processos” (Idem, p. 18-19). É nesse sentido que:

Não se pode pois, tanto como em outros domínios, confiar nos automatismos de pensamento ou nos automatismos que suprem o pensamento [...] ou ainda nos códigos de boa conduta científica — métodos, protocolos de observação, etc. — que constituem o direito dos campos científicos mais codificados. Deve-se pois contar sobretudo, para se obterem práticas adequadas, com os esquemas incorporados do habitus. O habitus científico é uma regra feita homem ou, melhor, um modus operandi científico que funciona em estado prático segundo as normas da ciência sem ter estas normas na sua origem: é esta espécie de sentido do jogo científico que faz com que se faça o que é preciso fazer no momento próprio, sem ter havido necessidade de tematizar o que havia que fazer, e menos ainda a regra que permite gerar a conduta adequada (BOURDIEU, 1989, p. 23).

Bourdieu, Chamboredon e Passeron, (2010) argumentam que a adesão a procedimentos metodológicos fixos não constitui uma vigilância epistemológica, mas conduz ao descuido com ela. É somente através do habitus que a reflexividade sobre a prática sociológica pode ser incorporada.

Se é verdade, por um lado, que a adesão a procedimentos metodológicos fixos não constitui uma vigilância epistemológica capaz de garantir um rigor e qualidade nas pesquisas em Ciências Sociais, por outro lado, durante o seu desenvolvimento as Ciências Sociais foram cada vez mais se afastando das ciências da natureza, movimento esse que se radicalizou na segunda metade do século XX. Tal radicalização levou ao desenvolvimento de uma ciência social pós-modernista que rechaçava qualquer perspectiva de universalidade e de objetividade e que buscava explicar o comportamento humano considerando exclusivamente a cultura e seu ambiente. Esse movimento fez com que as ciências sociais fossem e sejam ainda muitas vezes acusadas de preservarem uma aparência de ciência a partir das nomenclaturas, estruturas e rituais, mas sem a devida preocupação com o rigor

intelectual e/ou com a evidência empírica (MARQUES, 2021).

Se muitos descobrimentos em ciências sociais são resultados de insights do pesquisador, esses insights só possuem relevância científica a partir da sua validação empírica, ou seja, a partir da evidência material que dê sustentação quantitativa e/ou qualitativa ao insight. Isso significa que, apesar das relações de poder que, como vimos, envolvem o fazer científico, o produto da ciência, ou seja, o conhecimento científico, depende (também) da sustentação empírica que tais ideias contêm frente à crítica dos pares, e não somente da reputação e/ou status do cientista (MACHADO, 2019).

Tal afirmação não significa, porém, uma concordância com a ideia popperianas de falseabilidade de hipóteses, apresentada e contra-argumentadas na primeira seção deste artigo. Como já citado anteriormente<sup>3</sup>, a ideia de refutabilidade em ciências sociais torna-se problemática quando aplicada a casos concretos (GIDDENS, 1998). Portanto, afirmar que a relevância científica de determinada pesquisa em ciências sociais depende da sua validação empírica, ou seja, que “as teorias são aceitas por sua adequação empírica para explicar e prever a ocorrência de fatos ou eventos observáveis” (MACHADO, 2019, p. 157), não significa o mesmo que dizer que essa validação só é possível através do modelo popperiano de “luta pela sobrevivência” no processo de falseabilidade de hipóteses.

Por fim, a vigilância epistemológica proposta por Bourdieu contribui para o desenvolvimento de uma ciência social atenta tanto às armadilhas de um fazer científico guiado por regras e procedimentos rígidos, como é o caso da ciência social positivista, como também às armadilhas de uma ciência social despreocupada com o rigor intelectual e com a evidência empírica, como é o caso de algumas pesquisas desenvolvidas a partir dos anos 1960.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, interessa realizar quatro considerações finais que podem ser as principais contribuições deste trabalho no que diz respeito ao problema da demarcação e da objetividade nas ciências sociais.

Parece, primeiro, que qualquer discussão que procure estabelecer ou refletir sobre aquilo que é e aquilo não é ciência, ou sobre as regras que orientam a construção do conhecimento científico, não pode abrir mão de uma reflexão sobre as relações de poder presentes tanto no campo científico como na sociedade em geral e a relação entre ciência e sociedade.

Segundo, que é fundamental compreender a construção do conhecimento científico como marcada por relações de poder — e por isso carregada de viés —, bem como reconhecer a impossibilidade de um fazer científico que busca a objetividade através da impessoalidade, da não-localização, e da não corporificação do pesquisador.

Terceiro, que a adoção de determinados métodos e determinadas técnicas de produção e análise dos dados na prática científica requer uma reflexão crítica sobre seus usos no processo de pesquisa em questão.

Cabe ressaltar ainda que, para que possamos avançar rumo a superação das atuais dificuldades e lacunas ainda encontradas em nossa prática científica e de pesquisa, é importante e necessário que se realize uma melhoria na formação metodológica e epistemológica ofertadas em nossos cursos de graduação e pós-graduação.

<sup>3</sup> Ver o argumento de Giddens (1998) na seção 1 do artigo.

Por fim, acreditamos que a incorporação de uma reflexão epistemológica e metodológica nas pesquisas em ciências sociais é fundamental para o reconhecimento e fortalecimento do caráter científico da disciplina, bem como para uma prática de pesquisa que seja responsável, tanto social como cientificamente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de Sociólogo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Loyola: São Paulo, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- GIDDENS, Anthony. **Política, Sociologia e Teoria Social**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- GIDDENS, Anthony. O que é ciência social? *In*: GIDDENS, Anthony. **Em Defesa da Sociologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu, 1995.
- KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo, Perspectivas, 2013.
- MACHADO, Mario Brockmann. **Questões da lógica da pesquisa científica ou um exercício de metodologia dogmática**. Revista de Estudos Empíricos em Direito, v. 6, n. 1, p. 147-161, 2019.
- MARQUES, Rony. **A "ciência" nas ciências sociais**. Revista Questão de Ciência, 30 jan. 2021. Disponível em: <https://www.revistaquestaodeciencia.com.br/artigo/2021/01/30/ciencia-nas-ciencias-sociais>.
- PIRES, Álvaro. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. *In*: POUPART, Jean et all. **A pesquisa qualitativa – enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- POPPER, Karl. **Conjecturas e Refutações**, Brasília, UNB, 1980.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. **O Calcanhar Metodológico da Ciência Política no Brasil**. Sociologias, problemas e práticas, n.º 48, 2005.
- STENGERS, Isabelle. **A Invenção das Ciências Modernas**. São Paulo: Editora 34, 2002.
- WEBER, MAX. **A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais**. São Paulo: Ática, 2006.